



A HERANÇA DA GUERRA: A QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTESTADO CATARINENSE¹

Dhionattan de Lara Lima² (UNESPAR – Campus de União da Vitória)
Diane Daniela Gemelli³ (UNESPAR – Campus de União da Vitória)

RESUMO

O presente artigo analisa a questão agrária no Contestado catarinense, compreendendo-a como uma continuidade histórica dos conflitos por terra-território iniciados na Guerra do Contestado. Sob a ótica do materialismo histórico-dialético e mediante análise de dados do IBGE, investigou-se a atual estrutura fundiária e produtiva da região. Os resultados revelam uma profunda desigualdade, onde menos de 1% dos proprietários controlam mais de 30% da área agrícola, resultando em índices de Gini críticos. Demonstra-se a consolidação de um deserto verde através da expansão de monoculturas de pinus, eucalipto e soja, em detrimento de culturas alimentares como arroz e feijão, o que impulsiona o esvaziamento demográfico rural. Conclui-se que a herança da guerra persiste na mercantilização do território e na exclusão social das famílias camponesas.

Palavras-chave: Contestado; questão agrária; desigualdade; estrutura fundiária; monocultura.

INTRODUÇÃO

A questão agrária, um tema central para a compreensão da formação social e territorial do Brasil, se configura como um fenômeno complexo que envolve as dimensões histórica, econômica, social e política do país. Em sua essência, diz respeito à disputa pelo acesso, uso e propriedade da terra, bem como aos modelos de desenvolvimento rural e às relações de poder que se estabelecem no campo.

Segundo Alentejano (2011), desde o período colonial, o acesso à terra foi moldado por um sistema legal que favoreceu a concentração de vastas extensões de terra nas mãos de uma elite agrária. Institutos jurídicos como as sesmarias, implantadas pelos portugueses no século XVI, e a Lei de Terras de 1850 consolidaram o latifúndio como a estrutura fundiária dominante. A Lei de Terras, em

¹ Quando tratamos do Contestado Catarinense, nos referimos a 31 municípios, sendo: Arroio Trinta, Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irineópolis, Itaiópolis, Lebon Regis, Macieira, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Porto União, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Santa Terezinha, São Cristóvão do Sul, Tangará, Timbó Grande, Três Barras e Videira.

² Estudante do Curso de Geografia, E-mail: dhionattan220704@gmail.com

³ Professora Adjunta vinculada ao Curso de Geografia e ao Curso de Pós-graduação *Lato sensu* Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br

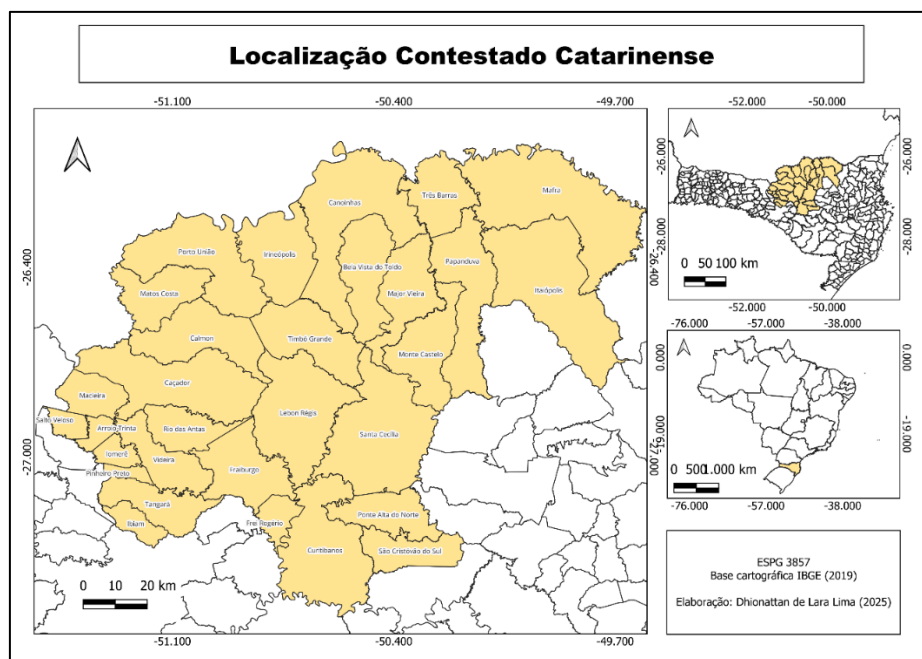


particular, ao instituir a compra e venda como únicas formas de aquisição de terras públicas, acabou marginalizando e negou o acesso à terra para a maioria da população, incluindo os escravizados libertos e os imigrantes.

A luta pela terra na região do Contestado (mapa 01), não é apenas uma luta por um espaço físico, mas uma busca por dignidade, reconhecimento e a manutenção de um modo de vida. Essa busca, que inspirou a coragem e a bravura dos caboclos há mais de um século, continua a ser a força motriz para a resistência atual. Compreender a estrutura fundiária e buscar soluções para a redistribuição da terra torna-se fundamental para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

A herança desse processo histórico de apropriação e exclusão se manifesta de forma marcante no território do Contestado, localizado entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Conflito que iniciou na região, conhecido como a Guerra do Contestado entre os anos de 1912 e 1916, é um dos capítulos mais violentos da questão agrária brasileira e evidenciou a disputa pela terra como o principal elemento desencadeador do conflito. A guerra não foi um evento isolado, mas o resultado de um choque entre duas lógicas opostas: de um lado, a expansão do capitalismo, que via a terra como uma mera mercadoria sujeita à propriedade privada; de outro, o povo caboclo, que possuía uma relação de posse e uso da terra.

Mapa 01: Localização do Contestado Catarinense





A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que cortou o território Contestado, serviu como estopim para o conflito. A concessão de 15 km terras públicas ao redor da ferrovia para a exploração da empresa madeireira norte-americana *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* resultou na expropriação violenta dos caboclos que ali viviam. As terras que ocupavam por gerações foram consideradas devolutas e, portanto, propriedade do Estado e entregues a uma empresa estrangeira, que, com o apoio de uma força militar, causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no Contestado. O povo caboclo, liderado pelo monge José Maria, resistiu a essa lógica de negação da terra, em uma luta por sua sobrevivência, cultura e modo de vida. Assim, a Guerra do Contestado simboliza a luta do povo por sua dignidade e pelo direito à terra, e sua herança de concentração fundiária e desigualdade social permanece como um elemento central para a compreensão da realidade geográfica e social da região.

METODOLOGIA

A pesquisa adota como método o materialismo histórico-dialético, que orientou toda a condução teórico-metodológica da investigação, partindo do entendimento de que a questão agrária constitui elemento central para a conformação do território brasileiro e, de maneira particular, do território do Contestado. Assim, para compreender os desdobramentos do controle da terra-território na organização geográfica da região, recorreremos à análise de dados estatísticos capazes de revelar como a expansão das relações de produção capitalistas se manifesta na estrutura fundiária e nos processos produtivos do campo.

Para isso, sistematizamos e analisamos os dados referentes à estrutura fundiária do Contestado catarinense a partir do Censo Agropecuário de 2017, por meio dos quais também calculamos o Índice de Gini e produzimos um mapa, elaborado no software QGIS, que evidencia o grau de concentração da terra na região.

Com o objetivo de abordar a relação entre controle da terra e dinâmica produtiva, construímos uma tabela com base nos dados da pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2024), a fim de demonstrar a participação da monocultura de árvores nos municípios do Contestado. Na sequência, para problematizar o processo de expansão territorial do pinus e do eucalipto, elaboramos, no software Philcarto, duas imagens que demonstram a área ocupada com silvicultura em cada município de Santa Catarina nos anos de 2013 e de 2024



Também discutimos a articulação entre controle da terra, estrutura produtiva e dinâmica populacional nos municípios analisados. Os dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022 permitem compreender como a conformação territorial marcada pela monopolização do acesso à terra e pela homogeneização produtiva imposta pelas monoculturas condiciona e, muitas vezes, dificulta a permanência das famílias camponesas no campo.

Por fim, como parte desse processo estrutural assentado no controle da terra e na adoção de práticas produtivas orientadas pela lógica do mercado capitalista global, problematizamos - com base nos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (1988-2024) - a redução das áreas plantadas de arroz, feijão e milho nos municípios do Contestado catarinense, ao mesmo tempo em que se verifica um aumento superior a 80% na área destinada ao cultivo de soja.

ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CONTESTADO CATARINENSE

Ao analisar a estrutura fundiária do Contestado Catarinense (tabela 01), extraídos do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, observamos um cenário que reflete as profundas contradições históricas e econômicas do campo brasileiro. O panorama que emerge dos números é o de uma região marcada por duas realidades diferentes, de um lado, uma massiva quantidade de agricultores camponeses confinados em pequenas parcelas de terra, do outro, uma minoria de grandes proprietários que detém o controle sobre vastas extensões territoriais. Essa configuração não é apenas um dado estatístico, mas o reflexo de um processo histórico de apropriação do espaço que remonta às origens do próprio conflito do Contestado.

Tabela 01 – Estrutura fundiária no Contestado Catarinense (2017)

Classes de Áreas (em ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
Mais de 0 e menos de 10	10.060	37,32	49.288	3,62	4,90
10 a menos de 50	13.616	50,52	304.488	22,39	22,36
50 a menos de 100	2.102	7,80	142.595	10,49	67,84
100 a menos de 500	733	2,72	305.517	22,47	416,80
500 a menos de 1.000	214	0,79	146.489	10,77	684,53
Mais de 1.000	154	0,57	411.443	30,26	2.671,71



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Produtor sem área	75	0,28	-	-	-
Total	26.954	100	1.359,820	100	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2025.

A classe de estabelecimentos com áreas de mais de 0 e menos de 10 hectares soma 10.060 unidades, o que corresponde a 37,32% do total de estabelecimentos. Se somarmos a este grupo a faixa seguinte, de 10 a menos de 50 hectares, que compreende 13.616 estabelecimentos (50,52%), chegamos a uma constatação impactante, 87,84% de todos os estabelecimentos rurais do Contestado Catarinense possuem menos de 50 hectares. Este dado evidencia que a agricultura na região é, socialmente e demograficamente, sustentada pela agricultura camponesa e pelos pequenos produtores.

No entanto, ao contrastar essa representatividade numérica com a área total ocupada, revela-se a face perversa da concentração fundiária. Embora representem quase 88% dos produtores, esses dois grupos somados detêm apenas cerca de 26% da área total agricultável da região. A média de área para os menores produtores (menos de 10 ha) é de apenas 4,90 hectares, um tamanho que muitas vezes impõe desafios severos à viabilidade econômica, dificultando a geração de renda suficiente para a reprodução social da família, o que frequentemente estimula processos de expulsão do campo, migração forçada, proletarianização e dificuldades para a reprodução social.

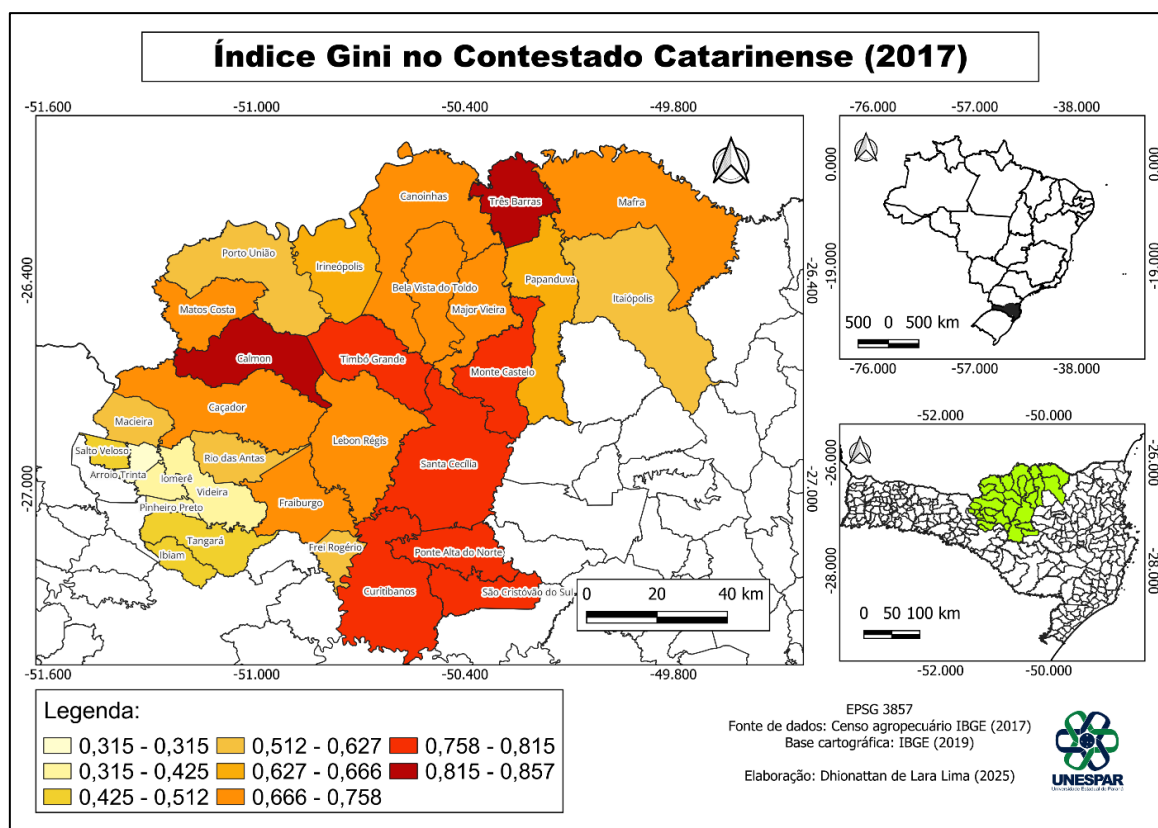
Em contrapartida, o topo da pirâmide fundiária apresenta uma realidade diametralmente oposta, caracterizada pela força do latifúndio. A classe de imóveis com mais de 1.000 hectares é composta por um grupo restrito de apenas 154 estabelecimentos. Em termos percentuais, eles representam apenas 0,57% do total de proprietários. Porém, o poder territorial desse grupo é desproporcional, eles controlam sozinhos 411.443 hectares, o que corresponde a 30,26% de toda a área agrícola do Contestado Catarinense. Isso significa que menos de 1% dos proprietários detêm mais terras do que os quase 24 mil pequenos agricultores somados. A área média desses grandes estabelecimentos é de 2.671,71 hectares.

Entendemos que essa estrutura fundiária desigual no Contestado Catarinense não pode ser dissociada de sua história. A região foi palco, no início do século XX, da Guerra do Contestado (1912-1916), um conflito motivado, entre outros fatores, pela expropriação de posseiros e caboclos para dar lugar a grandes projetos de infraestrutura e exploração madeireira de companhias estrangeiras. Mais de um século depois, os dados de 2017 mostram que a questão da terra permanece central.



Para melhorar a compreensão da estrutura fundiária da região, é importante observar a distribuição espacial dessa desigualdade através do Índice de Gini da terra⁴ (mapa 02). O mapa mostra um cenário de extrema desigualdade em porções significativas da região. As áreas tingidas de cores mais escuras, representam os índices mais críticos, variando entre 0,758 e 0,857. Estatisticamente, um Índice de Gini fundiário acima de 0,800 é considerado gravíssimo, indicando uma estrutura onde a quase totalidade das terras está nas mãos de pouquíssimos proprietários. Destacam-se negativamente neste cenário os municípios de Três Barras e Calmon, seguidos por um cinturão vermelho que inclui Curitibanos, Santa Cecília, Timbó Grande e Ponte Alta do Norte.

Mapa 02: Índice de Gini na região do Contestado Catarinense (2017)



⁴ O Índice de Gini da terra é um indicador estatístico utilizado para medir o grau de concentração da posse de terras em uma determinada região ou país. Diferente do índice de Gini tradicional, que mede a desigualdade de renda, este indicador foca exclusivamente na estrutura fundiária, revelando se a área rural está distribuída de forma equilibrada entre os agricultores ou se está acumulada nas mãos de poucos proprietários. A escala de avaliação varia de 0 a 1, onde o zero representa a igualdade perfeita (todos teriam terras do mesmo tamanho) e o um representa a desigualdade máxima (uma única pessoa seria dona de tudo). Na prática, quanto mais próximo o número estiver de 1, maior é a desigualdade, indicando uma estrutura agrária dominada por grandes latifúndios.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Essa geografia da desigualdade não é acidental. Ela se sobrepõe historicamente às áreas de campos nativos e florestas de araucária que foram alvo da exploração das grandes companhias madeireiras e de colonizadoras no passado, e que hoje são frequentemente ocupadas por extensos reflorestamentos de monoculturas (pinus e eucalipto). Nesses locais, a agricultura camponesa, embora existente em número de famílias, é espremida em áreas marginais, enquanto grandes empresas ou fazendeiros detêm o controle do território produtivo. Isso comprova que “quem tem a propriedade da terra exerce o domínio sobre todas as dimensões da existência. Somente a partir do solo pode haver vida. Isso é o que confere um poder imensurável e distintivo aos detentores da superfície deste planeta atualmente recortado e cercado (Tomiasi Paulino, 2021, p. 79).

ANÁLISE DA DINÂMICA PRODUTIVA NO CAMPO NO CONTESTADO CATARINENSE

Outro dado preocupante da região diz respeito a dinâmica produtiva da silvicultura (tabela 02) que apresenta na atualidade uma configuração agrária profundamente transformada pelo monocultivo de árvores exóticas em escala comercial. Ao analisarmos os dados referentes à ocupação da terra por florestas artificiais, observamos que a região não apenas se integrou à cadeia produtiva da madeira, mas especializou-se nela de forma intensiva. O volume total de terras dedicadas ao cultivo de pinus e eucalipto nos municípios atinge a marca de 356.689 hectares (IBGE, 2024). No entanto, mais do que o valor absoluto, é a proporção territorial que essas culturas ocupam em relação à área total de cada município que revela um cenário de extrema concentração produtiva e fundiária que se desdobra na modificação da paisagem rural.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Tabela 02: Porcentagem da silvicultura por município no Contestado catarinense (2024)

Município	Área de eucalipto e pinus (ha)	% comparada a área total do município	Eucalipto (ha)	% comparada a área plantada em Santa Catarina	Pinus (ha)	% comparada a área plantada em Santa Catarina
Arroio Trinta	7.043	9,54	730	0,25	6.300	1,03
Bela Vista do Toldo	9.716	22,70	2.551	0,88	7.165	1,18
Caçador	17.740	25,59	1.350	0,46	16.100	2,64
Calmon	19.710	36,57	1.300	0,45	18.150	2,98
Canoinhas	36.878	41,06	6.300	2,17	18.159	2,98
Curitibanos	14.450	18,22	400	0,14	14.000	2,30
Fraiburgo	12.370	25,00	1.320	0,45	9.100	1,49
Frei Rogério	1.680	12,61	80	0,03	1.400	0,23
Ibiam	1.889	20,08	920	0,32	960	0,16
Iomerê	590	6,68	300	0,10	288	0,05
Irineópolis	6.576	13,75	2.488	0,86	4.088	0,67
Itaiópolis	16.727	33,94	5.657	1,95	11.070	1,82
Lebon Regis	13.811	19,79	805	0,28	13.000	2,13
Macieira	9.865	46,96	920	0,32	8.900	1,46
Mafra	24.595	28,28	2.803	0,96	20.985	3,44
Major Vieira	6.728	13,65	1.533	0,53	5.195	0,85
Matos Costa	8.965	28,61	800	0,28	8.100	1,33
Monte Castelo	10.847	23,57	1.691	0,58	9.156	1,50
Papanduva	4.573	9,31	2.420	0,83	2.153	0,35
Pinheiro Preto	343	6,04	190	0,07	135	0,02
Ponte Alta do Norte	16.500	44,75	500	0,17	16.000	2,63
Porto União	14.543	23,57	4.309	1,48	10.234	1,68
Rio das Antas	4.538	16,72	1.610	0,55	2.920	0,48



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Salto Veloso	2.138	21,37	910	0,31	1.220	0,20
Santa Cecília	45.800	41,55	800	0,28	45.000	7,39
São Cristóvão do Sul	14.300	49,57	300	0,10	14.000	2,30
Tangará	5.410	16,58	740	0,25	4.665	0,77
Timbó Grande	16.446	35,73	1.202	0,41	15.244	2,50
Três Barras	10.446	34,31	2.123	0,73	8.323	1,37
Videira	1.472	5,12	870	0,30	582	0,10
TOTAL	356.689	-	47.922	16,49	292.592	48,03

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2024. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2025.



Os dados demonstram que o pinus é a espécie dominante, ocupando 292.592 hectares, o que representa 48,03% de toda a área plantada no estado de Santa Catarina. Em comparação, o eucalipto ocupa uma área menor, somando 47.922 hectares, ou 16,49% da área estadual dessa espécie. Essa disparidade consolida o Contestado como o grande “cinturão do Pinus” catarinense, sugerindo uma orientação econômica voltada para indústrias que demandam essa matéria-prima específica, como papel, celulose e madeira serrada, atividades que tradicionalmente exigem grandes extensões de terra para garantir escala de produção.

Nossa; Júnior (2012) mencionam que o crescimento da área ocupada com pinus na região do Contestado, substituiria as plantações das matas nativas de pinhais e as antigas araucárias, que serviam como pontos de referência para os rebeldes no contexto da Guerra do Contestado e seus descendentes. As margens das estradas que conectam os municípios às plantações de pinus apresentam uma uniformidade, com árvores dispostas em áreas segmentadas em blocos, crescendo na mesma altura tanto em terrenos baixos quanto em morros e nas encostas de serras elevadas.

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de Pinus predominam, bloqueando caminhos seculares ainda dos tempos dos viajantes e tropeiros que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muare, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba (NOSSA; JÚNIOR, 2012, on-line).

Para Fraga (2013), o Contestado está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e autoconsumo, se veem as propriedades abandonadas e dominadas pelo pinus.

É importante destacar que o processo de territorialização das florestas artificiais de pinus não é recente, embora tenha se intensificado nas últimas décadas. Os primeiros estudos para implantação dessa espécie exótica no Sul do Brasil datam da década de 1940 e se inserem em um contexto de necessidade de substituir a madeira nativa, já bastante exaurida (Gemelli, 2018). Entretanto, é a partir da década de 1980 que a monocultura de árvores passa a controlar de forma mais intensa a terra e o território. Dados mais recentes evidenciam a expansão geográfica desse cultivo no estado de Santa Catarina, especialmente no Contestado e na região serrana (ver figura 01).



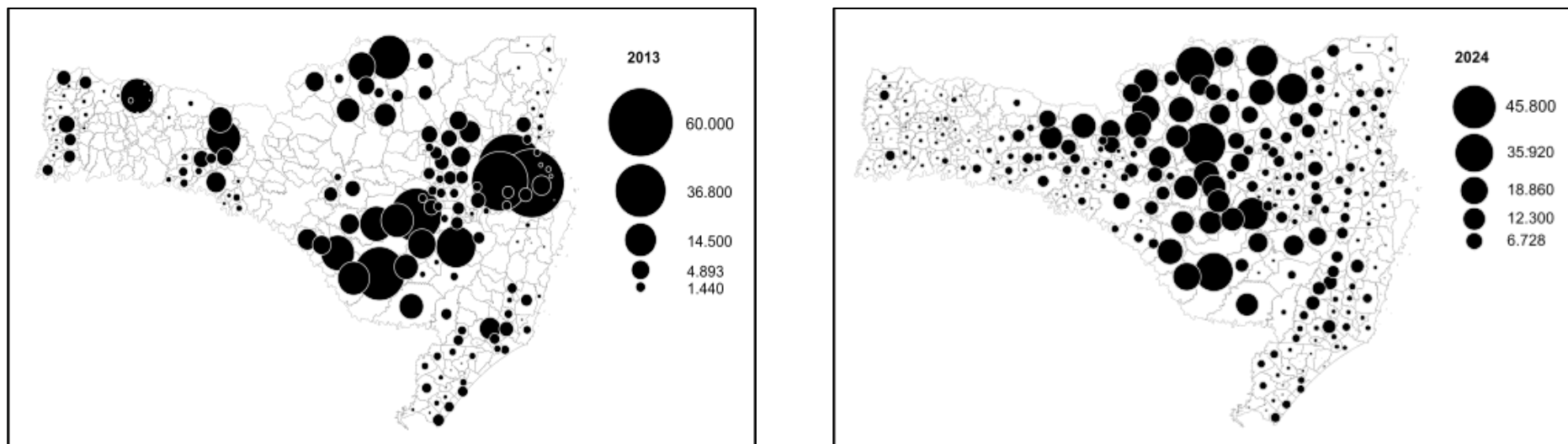
XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Figura 01: Controle territorial da monocultura de árvores (pinus e eucalipto) em Santa Catarina – (2013-2024)



Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2013-2024. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2025.



Entre 2013 e 2024, a área ocupada com pinus e eucalipto no estado aumentou de 65 mil para 94 mil hectares - um acréscimo de quase 30 mil hectares distribuídos por grande parte dos municípios catarinenses. Em 2013, 121 municípios não registravam nenhum hectare dessas espécies; já em 2024, apenas Florianópolis, Bom Jesus e Ouro Verde permaneciam sem plantios dessas árvores exóticas. Embora tenha ocorrido uma nítida expansão geográfica das áreas plantadas, observa-se, como afirmamos, que as maiores concentrações continuam localizadas no Contestado e na região serrana

Quando observamos os municípios com as maiores porcentagens de ocupação por silvicultura em relação ao território municipal, o cenário de deserto verde torna-se explícito. O caso mais agudo é o de São Cristóvão do Sul, que lidera em 2024 lidera o *ranking* e quem em 2013 não registrava nenhum hectare plantado. Neste município, a silvicultura cobre 49,57% de todo o território, com 14.300 hectares de área plantada, dos quais 14.000 são exclusivamente de pinus. Isso significa que praticamente metade da área do município está comprometida com uma única atividade econômica, deixando a outra metade para dividir-se entre áreas urbanas, estradas, preservação ambiental e outras formas de agricultura, o que pressiona severamente a disponibilidade de terras para a agricultura camponesa.

Seguindo nesse modelo, o município de Macieira apresenta 46,96% de sua área total ocupada por esses desertos verdes, somando 9.865 hectares. Logo atrás, Ponte Alta do Norte figura com 44,75% de seu território tomado pela silvicultura, totalizando 16.500 hectares, sendo 16.000 hectares dedicados ao pinus e 500 hectares ao eucalipto.

Esses números indicam municípios onde a matriz produtiva é extremamente dependente dessas monoculturas, o que tende a elevar o Índice de Gini da terra, visto que essas grandes áreas não são distribuídas entre os pequenos proprietários, mas sim concentradas em poucas empresas ou grandes latifundiários.

Outro município é Santa Cecília que precisa uma análise particularizada pela magnitude de seus números. Embora sua ocupação percentual seja de 41,55%, um pouco menor que a de São Cristóvão do Sul, Santa Cecília possui a maior área plantada em números brutos da tabela 02, com 45.800 hectares. Isso significa que o município detém 7,39% de toda a área de pinus do estado de Santa Catarina, com 45.000 hectares dedicados a esta cultura.

Além desses líderes, observa-se um segundo grupo de municípios onde a silvicultura ocupa mais de um terço do território, indicando que o fenômeno é regional e não isolado. Calmon possui 36,57% de sua área ocupada, seguido por Timbó Grande com 35,73%, Três Barras com 34,31% e



Itaiópolis com 33,94%. Essa ocupação massiva do solo por monoculturas de ciclo longo como o pinus e o eucalipto tem profundos impactos na dinâmica geográfica, um dos motivos segundo Gemelli (2018), é que as áreas ocupadas por pinus tendem a ficar inutilizadas por, pelo menos, 20 anos, considerando o momento do plantio até o corte.

No sul do Brasil o ciclo do pinus é de aproximadamente vinte anos, passando por dois desbastes, aos sete e quatorze anos, com retirada de 2/3 das árvores plantadas, até que as “melhores árvores” atinjam, após aproximadamente vinte anos de plantio, diâmetro e altura para o corte raso (Gemelli, 2018, p. 40).

Isso faz com que se tenha implicações diretas na dinâmica populacional e econômica, muitas vezes reduzindo a população rural residente (ver tabela 03), já que a silvicultura demanda menos mão de obra permanente do que a agricultura de produção de alimentos e/ou com safras mais curtas, promovendo o processo de separação trabalhadores x meios de produção ao passo que consolida a estrutura fundiária desigual que conforma a região. Como assertiva problematiza Tomiasi Paulino (2015, p. 105) “mecanizar, quimificar e criar espécimes, até então inexistentes e com potenciais de interface ambientalmente desconhecidos, não tem outro propósito senão o de aumentar o ritmo da realização do lucro, via redução da dependência para com o trabalho humano”, isso tem provocado o agravamento das condições de existência das famílias camponesas e um processo de migração forçada.

Somada a expansão das monoculturas, Alentejano (2011) destaca que a expulsão de trabalhadores do campo é um dos efeitos da permanência da concentração da terra no seio da sociedade brasileira. Para o autor, “a impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas resultante da concentração fundiária produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura que reduz a necessidade de mão-de-obra no campo” (p. 73).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Tabela 03: Dinâmica populacional nos municípios com maior participação de área plantada com silvicultura no Contestado catarinense (2000-2022)

Município	2000		2010		2022		Variação população urbana	Variação população rural
	População urbana	População rural	População urbana	População rural	População urbana	População rural		
Calmon	1.392	2.075	2.115	1.272	2.297	1.146	+905	-929
Canoinhas	37.904	13.727	39.273	13.492	43.782	11.234	+5.878	-2.493
Itaiópolis	8.055	11.031	10.737	9.564	13.056	8.995	+5.001	-2.036
Macieira	304	1.596	501	1.325	727	1.051	+423	-545
Ponte Alta do Norte	2.338	883	3.007	296	2.849	361	+511	-522
Santa Cecília	11.617	3.185	13.663	2.094	13.736	1.810	+2.119	-1.375
São Cristóvão do Sul	2.719	1.785	3.800	1.212	3.758	2.326	+1.039	+541
Timbó Grande	2.775	3.726	4.083	3.084	4.432	2.910	+1.657	-816
Três Barras	14.223	2.901	15.365	2.746	16.962	2.784	+2.739	-117

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 2000; 2010; 2022. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2025.



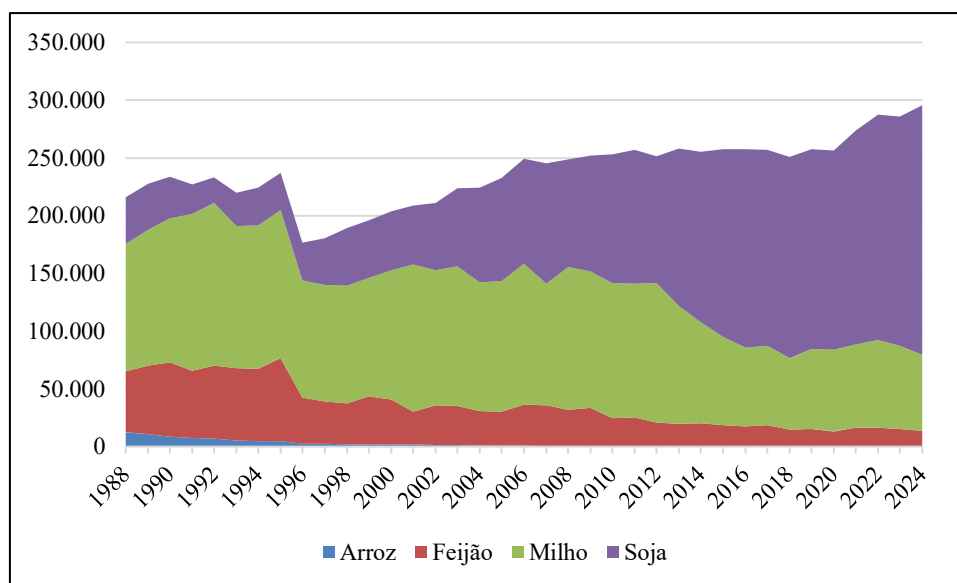
Os dados demográficos reforçam a relação entre a expansão da silvicultura e o esvaziamento populacional do campo. Nos municípios analisados, observa-se um padrão recorrente: entre 2000 e 2022, a população urbana cresce de forma contínua enquanto a população rural diminui, muitas vezes de maneira acentuada.

Casos como Calmon (-929 habitantes rurais), Santa Cecília (-1.375) e Itaiópolis (-2.036) evidenciam a perda de força demográfica do meio rural em territórios onde o avanço do pinus se intensificou. Mesmo municípios com grande presença de silvicultura que registraram crescimento rural, como São Cristóvão do Sul (+541), o fizeram em proporção muito inferior ao aumento urbano, sugerindo que o dinamismo econômico não se traduz em fortalecimento da vida camponesa.

A tendência geral indica que, à medida que a terra é convertida em monocultura florestal - atividade de baixa exigência de mão de obra e marcada pela concentração fundiária -, o espaço rural deixa de cumprir sua função de reprodução social das famílias agricultoras, o que resulta na migração para as cidades e na reconfiguração estrutural do território.

No Contestado catarinense, além do controle territorial exercido pela monocultura de árvores, observa-se, no período de 1988 a 2024, uma redução expressiva nas áreas destinadas ao cultivo de alimentos - como arroz, feijão e, em menor medida, milho - acompanhada por um aumento contínuo e significativo da área ocupada pela soja (ver gráfico 01).

Gráfico 01: Área plantada com arroz, feijão, milho e soja no Contestado catarinense (1988-2024)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, 1988-2024. Org. Diane Daniela Gemelli, 2025.



Alentejano (2011), ao analisar o uso da terra no Brasil com base no Censo Agropecuário de 2006, identificou uma tendência estrutural: a redução contínua das áreas destinadas a alimentos básicos - como arroz, feijão e mandioca - acompanhada da expansão de cultivos voltados à lógica do mercado global e da indústria, tais como soja, milho, cana-de-açúcar, pinus e eucalipto. Trata-se de um movimento que expressa a subordinação crescente da agricultura às demandas da produção de *commodities*, energia, ração animal e papel e celulose, deslocando a função social e alimentar da terra para fins essencialmente mercantis.

Essa mesma tendência manifesta-se no Contestado catarinense. Como destacamos anteriormente, a expansão da monocultura de pinus e eucalipto não ocorre isoladamente, mas se articula a uma reestruturação mais ampla do uso da terra, que também envolve a substituição de cultivos alimentares por *commodities* agrícolas. Entre 1988 e 2024, a área plantada com arroz despencou de 12.320 hectares para apenas 60 hectares, enquanto o feijão reduziu-se de 52.560 para 13.556 hectares. O milho - importante tanto para alimentação humana quanto para a produção animal - também registrou retração expressiva, caindo de 110.850 hectares para 65.716, uma redução de cerca de 40%.

Em sentido oposto, a soja apresenta um crescimento exponencial no período analisado: salta de 40.012 hectares para 216.235 hectares, um aumento superior a 80%. O gráfico evidencia de forma clara essa inflexão estrutural, na qual os cultivos alimentares tradicionais perdem espaço para atividades altamente integradas às cadeias agroindustriais. Ainda que a soja seja hoje um dos principais cultivos do Contestado catarinense, a área controlada pela monocultura de árvores, como discutimos anteriormente, é ainda maior, totalizando 356.689 hectares.

Esse conjunto de transformações revela um processo combinado de especialização produtiva e concentração territorial, no qual tanto a silvicultura quanto a soja cumprem papéis centrais na reorganização do campo. A terra, cada vez mais orientada para a valorização do capital e menos para a reprodução social das famílias agricultoras, torna-se um trunfo, um privilégio de classe ao passo que provoca o aprofundamento das desigualdades estruturais e de fragilização da soberania alimentar regional.

Em vista disso, compreendemos que esse processo não é recente no Contestado; ao contrário, ele ganha novos contornos com a implantação de lógicas econômicas distintas, que se atualizam continuamente à medida que a terra permanece como elemento central para a compreensão da estrutura societal. Essa dinâmica se intensifica no Contestado há pouco mais de um século com a



profunda pilhagem da floresta nativa - araucária, cedro, imbuia, erva-mate - que marca de forma definitiva a apropriação e a transformação desse território.

Com isso, queremos dizer que o Contestado catarinense não pode ser analisado apenas como um produto ou resultado desse processo histórico, nem reduzido à herança da Guerra do Contestado, entretanto, como afirmam Gemelli e Fonseca (2025, p. 136), a guerra permanece até os dias atuais, haja vista que os “conflitos por terra-território e os desdobramentos do projeto de expansão geográfica da sociedade capitalista continuam impactando a vida das gentes de modo a revelar um cenário de profunda injustiça territorial”, trata-se, portanto, da permanência e continuidade do controle da terra-território como eixo estruturante da sociedade que se organiza a partir dos preceitos do modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da questão agrária no Contestado Catarinense, à luz dos dados estatísticos e da materialidade histórica, permite concluir que a região vivencia a continuidade de um conflito. A Guerra, longe de ser apenas um evento datado no início do século XX, desencadeou processos silenciosos, mas igualmente violentos, de apropriação do território e exclusão social.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelaram uma estrutura fundiária profundamente desigual, caracterizada pela persistência do latifúndio. Enquanto a grande maioria dos estabelecimentos pertence à agricultura camponesa e ocupa parcelas pequenas de terra, uma minoria inferior a 1% dos proprietários controla mais de 30% da área agricultável. O Índice de Gini da terra, atingindo níveis gravíssimos em municípios como Três Barras e Calmon, denuncia que a concentração de terras não é uma casualidade, mas um projeto político-econômico de dominação que nega o acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

Essa concentração fundiária serve de base para a expansão das monoculturas, consolidando o Contestado como um grande cinturão do pinus e, mais recentemente, da soja. A transformação da paisagem em um deserto verde ou labirinto verde representa a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso da terra. A substituição massiva das lavouras alimentares como arroz, feijão e milho pela silvicultura e pela soja evidencia a subordinação do território à lógica do capital global, comprometendo a soberania alimentar e a reprodução social das famílias camponesas.



Consequentemente, observa-se o esvaziamento demográfico do campo. A modernização agrícola e a expansão florestal, ao demandarem menos força de trabalho e monopolizarem o controle da terra, promovem a expulsão sistemática dos trabalhadores rurais, convertendo a migração em um processo forçado de sobrevivência.

Portanto, a herança da guerra no Contestado é a própria permanência da questão agrária não resolvida. A luta dos caboclos no passado e a resistência dos camponeses no presente enfrentam o mesmo antagonismo: a lógica de que a terra é mercadoria. Superar essa herança de desigualdade exige, fundamentalmente, repensar a função social da terra e promover uma reforma agrária que rompa com o monopólio do latifúndio e das corporações, devolvendo ao povo do Contestado o direito ao território, à dignidade e à vida.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (**Tese, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento**), Universidade Federal do Paraná, **Curitiba**, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (Org). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis, MPSC, 2013.

GEMELLI, Diane Daniela. Por uma leitura geográfica do Contestado: o território, a terra e o povo caboclo. **Terra Livre**, v. 2, n. 51, p. 255-291, 2018.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). 2018. 266 f. 2021. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GEMELLI, Diane Daniela; FONSECA, Silas Rafael da. Terra-Território-Natureza: uma abordagem geográfica desde o Contestado Paranaense. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 11, p. 134-153, 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados estatísticos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Vários acessos.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. In. **Meninos do Contestado**, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria>.
Acesso em 15 de outubro de 2015.

TOMIASI PAULINO, Eliane Tomiasi. Institucionalidades frágeis e territórios ativos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil. **Revista Geonordeste**, Ano XXVI, n. 1, jan./jul. 2015.

TOMIASI PAULINO, Eliane. Faces da questão agrária: o campo paranaense no contexto do monopólio fundiário no Brasil. In: **Observatório da Questão Agrária no Paraná**. (Org.). Atlas da questão agrária no Paraná. 1ed. Marechal Candido Rondon: Observatório da Questão Agrária no Paraná, 2021, v. 1, p. 73-96.